

## MEMÓRIA DE REUNIÃO - CTIL (Gestão 2016/2020)

### 1ª REUNIÃO DE 2017

1. **Data e horário:** 23 de janeiro de 2017 - 9h40 às 19h30

24 de janeiro de 2017 - 9h00 às 14h30

2. **Local:** Hotel Ponta Verde - Salão Caravela

3. **Endereço:** Av. Álvaro Otacílio, nº 2933, Ponta Verde, Maceió/AL

#### 4. Participantes:

	NOME	INSTITUIÇÃO
1	Luiz Roberto Porto Farias	OAB/AL
2	Luiz Alberto Rodrigues Dourado	Associação dos Condutores de Visitantes de Morro do Chapéu/BA
3	Marcelo Ribeiro	Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território da Diamantina/BA
4	Maria do Socorro Mendes Almeida	Associação Comunitária Estiva II
5	Cássia Magali Nacif Gonçalves	COMLAGO/MG
6	Denise Bernardes Couto	FIEMG/MG
7	Moisés Menezes dos Santos	AFAF/BA
8	Sonáli Cavalcanti Oliveira	CHESF
9	Fábia Ribeiro Carvalho de Carvalho	OAB/SE
10	Cláudio Ademar da Silva	IRPAA/BA
11	Antônio Fernandes de Jesus Vieira	Povos indígenas – Tuxá Rodelas/BA
12	Wellington de Santana	SEMARH/SE
	CONVIDADOS	INSTITUIÇÃO
13	Anivaldo de Miranda Pinto	Instituto Ecoengenhos/AL
14	Honey Gama	Coordenador da CCR BAIXO/CBHSF
15	Ana Cristina da Silveira	Agência Peixe Vivo
16	Juliana Sheila de Araújo	Agência Peixe Vivo
17	Manoel Vieira de Araujo Junior	Agência Peixe Vivo
18	Bento de Godoy	SEMARH/GO – CTIL/CNRH

### Discussões, Recomendações e encaminhamentos

#### Dias 23 e 24/01/2017

##### **Item 1 - Abertura e verificação de quórum**

O Presidente do CBHSF, Sr. Anivaldo Miranda, deu as boas vindas a todos e declarou aberta a reunião às 9h40, após constatada a existência do quórum.

##### **Item 2 - Palavra do Presidente do CBHSF**

O Sr. Anivaldo informou que até o Carnaval serão instaladas as Câmaras Técnicas mais atuantes, explicando a importância dessas CTs. Esclareceu também o papel da CTIL, informando que a gestão atual irá, além de dar continuidade ao que já foi construído pelos integrantes anteriores, aperfeiçoar os procedimentos que estão sendo adotados, exemplificando com os Processos de Conflitos de Uso das Águas que estão sendo recebidos pelo CBHSF. Destacou que a nova gestão do CBHSF vai trabalhar

26 em uma plataforma mais estruturada, possibilitando a construção de novas políticas e mecanismos. Em  
27 seguida, o Sr. Anivaldo Miranda solicitou que houvesse uma breve apresentação de todos os presentes.

28 **Item 3 - Eleição de Coordenador e Secretário da CTIL**

29 Após as apresentações, o Sr. Anivaldo Miranda falou sobre o papel do Coordenador e do Secretário da  
30 CTIL, seguindo-se das considerações e da votação dos membros, sendo eleitos como Coordenador e  
31 Secretária da CTIL o Sr. **Luiz Roberto Porto Farias** e a **Sra. Cássia Magali Nacif Gonçalves**,  
32 respectivamente.

33 **Item 4 – Apresentação do relatório de atividades da CTIL relativo ao mandato anterior 2013-**  
34 **2016 (anexo)**

35 A Sra. Denise Couto informou que a FIEMG enviou o ofício nº 16/2016 para a DIREX, o qual  
36 solicitou que seja reconsiderado o retorno da entidade para a CTPPP, uma vez que, segundo justificou  
37 a representante, desde o início dos trabalhos da CTIL, a FIEMG se apresentou de forma ativa nas  
38 reuniões. O Sr. Anivaldo Miranda informou que recebeu a demanda e justificou que a escolha das CTs  
39 é feita pela DIREX e pelos Coordenadores das CCRs. Informou ainda que, no caso da CTPPP, havia  
40 um número que excedia muito o número de vagas existentes, havendo todo um processo de discussão,  
41 com a seleção baseada na observação de diversos parâmetros, além do atendimento às demandas dos  
42 Coordenadores das CCRs. O Sr. Anivaldo Miranda disse também que o resultado foi homologado pela  
43 DIREC de forma unânime e destacou ainda o apreço que o CBHSF tem pela FIEMG, ressaltando a  
44 impossibilidade de atender a todas as demandas. Por fim, informou que a discussão será encaminhada  
45 para a próxima reunião da DIREC. Após mais discussões, a Sra. Ana Cristina apresentou o relatório,  
46 informando que foi encaminhado para todos, já sendo realizados os ajustes solicitados. O Sr. Luiz  
47 Dourado destacou a necessidade de capacitação dos membros do CBHSF e o Sr. Anivaldo Miranda  
48 esclareceu que nessa nova gestão isso será realizado por CCR, já sendo programado por parte da  
49 DIREC. A Sra. Maria do Socorro solicitou que seja realizada outro curso de capacitação de Mediação  
50 de Conflitos para os membros da CTIL, do mesmo nível aprovado pelo CNJ, destacando a grande  
51 responsabilidade da CTIL nos Processos de Conflitos de Uso recebidos pelo CBHSF.

52 **Item 5 - Procedimento de conflito de uso - Prefeitura de Piaçabuçu/AL: designação dos**  
53 **componentes da comissão processante**

54 O Sr. Roberto Farias apresentou a demanda da Prefeitura de Piaçabuçu/AL e o histórico do processo,  
55 além de todos os documentos que o compõem, esclarecendo os procedimentos que foram adotados  
56 pela gestão anterior da CTIL, quando o Sr. Luiz Dourado foi designado como relator do processo em  
57 questão. Informou que os próximos passos seriam a designação da Comissão Processante e do relator e  
58 a marcação da primeira audiência de conciliação, devendo também ser agendada uma visita da  
59 Comissão Processante ao município de Piaçabuçu/AL. O Sr. Anivaldo Miranda deu informes sobre as  
60 medidas que estão sendo realizadas ou planejadas por entidades envolvidas para mitigar o problema e  
61 pediu para que a Comissão Processante se aproprie de todos esses dados já existentes junto a  
62 Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL, a Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO, a

63 Prefeitura, a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Meio Ambiente do município de Piaçabuçu, além do  
64 Ministério da Integração Nacional, recomendando ainda que, se possível, a Comissão Processante já se  
65 apresente com alguns números e sugestões do que pode ser realizado. O Sr. Marcelo Ribeiro informou  
66 que, recentemente, foi decretado estado de Emergência pela Prefeitura de Piaçabuçu. Informou ainda  
67 que, em reunião com representantes da ANA, foi informado que pequenas obras físicas poderiam  
68 solucionar a questão. O Sr. Honey Gama solicitou ao Sr. Roberto Farias a inclusão de seu nome no  
69 grupo da CTIL para que possa receber os e-mails e informações sobre essa questão e informou que,  
70 devido ao processo de Conflito de Uso instaurado, a reunião da CCR Baixo será realizada em  
71 Piaçabuçu, no dia 17 de fevereiro. O Sr. Roberto Farias consultou os membros da CTIL e foi acordado  
72 que o Sr. Honey Gama poderia receber as informações sobre o assunto, por cópia, não como integrante  
73 da CTIL. O Sr. Honey Gama solicitou também que o município de Brejo Grande/SE seja incluído no  
74 polo ativo do Processo, uma vez que já consta no mesmo a participação da DESO. O Sr. Roberto  
75 Farias informou que a prefeitura de Brejo Grande precisa fazer uma solicitação via ofício para a  
76 inclusão do município no Processo. O Sr. Luiz Dourado apresentou o parecer de admissibilidade por  
77 ele elaborado, detalhando todo o Processo. Após a apresentação pelo Sr. Roberto Farias das etapas a  
78 serem seguidas, foram escolhidos para compor a Comissão Processante, a **Sra. Fábria Carvalho**, para  
79 coordenação e relatoria, e os Srs. **Luiz Dourado** e **Moisés Menezes dos Santos**. O Sr. Honey Gama  
80 disse que vai constar na pauta da reunião da CCR Baixo a apresentação dessa Comissão Processante.  
81 Logo após, ficou definido que a Comissão processante irá se reunir e definir uma data para a 1ª  
82 audiência de conciliação. A Sra. Denise Couto solicitou imparcialidade ao longo de todo o Processo de  
83 Conflito de Uso.

84 **Item 6 – Apresentação da matéria encaminhada a CTIL do Conselho Nacional de Recursos**  
85 **Hídricos (CNRH) sobre a alteração do Regimento Interno do CBHSF**

86 O Sr. Roberto Farias iniciou uma explanação sobre o Processo de Alteração do Regimento  
87 Interno do CBHSF. Posteriormente, o Sr. Anivaldo Miranda também fez suas considerações  
88 sobre o assunto. O Sr. Luiz Dourado e a Sra. Sonáli Cavalcanti também fizeram as suas  
89 considerações. A Sra. Sonáli Cavalcanti observou que o CBHSF descumpriu a diretriz da  
90 Resolução CNRH nº 05/2000. Tanto que voltou atrás na questão da reeleição. Quanto às outras  
91 disposições, há que se trabalhar nas lacunas existentes. Lembrou o que havia exposto quando da  
92 Reunião CTIL/CBHSF que ocorreu em Salvador, ou seja: que o assunto deveria ser levado ao  
93 CNRH, porque é este Conselho que dispõe sobre o tema. O CNRH define a política de recursos  
94 hídricos e a ANA implementa essa política. Naquela ocasião, a maioria dos membros da CTIL  
95 decidiu pela ida à ANA. Então, por outro caminho, o assunto chegou aonde deveria ter ido desde  
96 o início. Considerou como sendo adequado o procedimento do CBHSF de enviar um memorial  
97 sobre o assunto para a CTIL/CNRH, para que seus membros tomem conhecimento da proposta de  
98 modificação da Res. CNRH nº 05/2000, sob a ótica do CBHSF. A Sra. Maria do Socorro Mendes

99 sugeriu que a defesa deve ser focada no fato da não existência de regulamentação de um mandato  
100 tampão.

101 **Item 7 - Elaboração de Memorial sobre as alterações do Regimento Interno do CBHSF para**  
102 **envio à CTIL/CNRH**

103 Inicialmente, o Sr. Roberto Farias solicitou que se registrasse em ata que o Sr. Antônio Fernandes  
104 precisou se ausentar da reunião por motivo de força maior. Na sequência, o Coordenador da CTIL  
105 contextualizou a alteração feita no Regimento Interno do CBHSF e o questionamento feito pela ANA  
106 referente à proposta de normatização de mandatos incompletos de membros do CBHSF e a  
107 consequente reeleição de sua Diretoria, apresentando um histórico dos procedimentos adotados pelo  
108 CBHSF. O Sr. Anivaldo Miranda opinou que o CBHSF deve apresentar de forma propositiva uma  
109 modificação na Resolução nº 5 do CNRH. O Sr. Bento de Godoy, membro da CTIL-CNRH,  
110 convidado pelo CBHSF para participar desta reunião, sugeriu que no documento deve ficar claro que a  
111 alteração havia sido debatida anteriormente com a ANA e destacou que, para ele, a questão dos  
112 critérios para a renovação do mandato não está em desacordo com a Resolução, mas sim está trazendo  
113 uma complementação, citando, posteriormente, exemplos de Comitês que fizeram o mesmo. Logo  
114 após, o Sr. Roberto Farias apresentou a minuta do Memorial. Após debates, ficou definido que a cópia  
115 do Memorial será encaminhada pela Agência Peixe Vivo, via e-mail, para que todos os membros da  
116 CTIL possam fazer suas contribuições ao documento, sendo definido o prazo final de 20 dias,  
117 contados a partir do dia 26 de janeiro.

118 **Item 8 - Análise do recurso protocolado pelo Instituto Guaicuy sobre a eleição de Coordenador e**  
119 **Secretário da CCR Alto SF (anexo)**

120 O Sr. Roberto Farias fez uma leitura do ofício enviado pelo Instituto Guaicuy e a Sra. Ana Cristina,  
121 que fez parte da Comissão Eleitoral, relatou como foi realizado o processo eleitoral e como ocorreu a  
122 situação que motivou o recurso. O Sr. Roberto Farias informou que o papel da CTIL nesse momento é  
123 avaliar se o recurso procede ou não, sob o ponto de vista da legalidade. Segundo ele, se a CTIL aceitar  
124 a impugnação, deverá definir o encaminhamento do processo. Caso contrário, recomendará que seja  
125 arquivado. Além disso, foi realizada a leitura do Regimento Interno do CBHSF, artigo 35, §§ 4º e 5º e  
126 da Resolução DIREC nº 17/2010, que trata sobre o processo eleitoral do CBHSF. A Sra. Sonáli  
127 Cavalcanti questionou sobre a existência ou não de data limite para recurso. A Sra. Cássia Nacif disse  
128 que se houve uma contagem equivocada dos votos, teria que haver uma manifestação no momento em  
129 que o erro foi percebido e não após a finalização de todo o processo, 13 dias depois. O Sr. Anivaldo  
130 Miranda disse que inicialmente a CTIL teria que dar um parecer pela admissibilidade ou não da  
131 solicitação do Instituto Guaicuy, e posteriormente, em caso de admissibilidade, que se entrasse no  
132 mérito da questão. O Sr. Luiz Dourado votou pela inadmissibilidade do pleito, não sendo mais cabível  
133 qualquer contraposição, mas sugeriu que o assunto fosse encaminhado para o Plenário do CBHSF  
134 (vídeo 180, 12h35min; vídeo 183, 06h45min); o Sr. Moisés Santos votou pela inadmissibilidade do  
135 pleito, uma vez que não houve qualquer manifestação sobre o assunto durante a Plenária (vídeo 181,

136 01h10min); o Sr. Wellington de Santana informou que precisava se retirar da reunião (vídeo 182,  
137 13h00min), mas solicitou que ficasse registrada a sua declaração de voto, que seguiria o  
138 posicionamento do Sr. Luiz Dourado, que votou pela inadmissibilidade da matéria; o Sr. Marcelo  
139 Ribeiro votou pela inadmissibilidade da matéria por considerá-la extemporânea (vídeo 183,  
140 00h50min); a Sra. Cássia Nacif também votou pela inadmissibilidade do pleito (vídeo 183, 05h00min);  
141 a Sra. Denise Couto votou pela admissibilidade, justificando que a legislação é silente ao assunto e que  
142 deveria ser instaurado, no mínimo, um procedimento administrativo para que possa ser analisada todas  
143 as questões inerentes ao fato (vídeo 183, 05:05min); a Sra. Maria Socorro se absteve (vídeo 183,  
144 05:40min); a Sra. Sonáli Cavalcanti se absteve, posicionando-se pelo encaminhamento do assunto ao  
145 Plenário do CBHSF (vídeo 183, 05:55min); a Sra. Fábيا Carvalho se absteve (vídeo 183, 07:15min); o  
146 Sr. Cláudio Silva votou pela inadmissibilidade da matéria em respeito ao processo eleitoral conduzido  
147 pela CTAI (vídeo 183, 07:22min); a Sra. Fábيا Carvalho reviu seu posicionamento e optou pela  
148 inadmissibilidade da matéria em razão da aceitação tácita do próprio reclamante (vídeo 183,  
149 08:00min). O Sr. Roberto Farias disse que apenas se manifestaria em caso de empate. Logo após, a  
150 Sra. Denise Couto sugeriu que o voto do Sr. Wellington de Santana não fosse contabilizado, tendo em  
151 vista que ele saiu antes do início da votação e isso poderia criar precedentes gravíssimos. O Sr.  
152 Roberto Farias afirmou que a decisão sobre a aceitação ou não da declaração de voto do Sr.  
153 Wellington de Santana seria definida pela CTIL. Submetida a matéria à votação (vídeo 183,  
154 09:20min), a CTIL decidiu por maioria de votos pela não aceitação da contabilização do voto do Sr.  
155 Wellington de Santana no resultado final do julgamento da impugnação. Com relação à impugnação  
156 do Instituto Guaicuy, a CTIL decidiu, por maioria de votos, pela não admissibilidade do recurso, pelos  
157 seguintes fundamentos: 1º) por se tratar de matéria relativa à eleição do Coordenador e Secretário da  
158 CCR Alto, a impugnação do resultado deveria ter sido apresentada a Comissão Eleitoral (CTAI) por  
159 ocasião da homologação do nome do Coordenador eleito na XIX Plenária Extraordinária realizada em  
160 16/09/2016, e convocada para este fim, nos termos das Resoluções DIREC nº 27, de 22 de Janeiro de  
161 2013, artigos 2º, 35 e 36, e nº 17, de 19 de Março de 2010, artigos 5º, 6º, 13 e 14, e artigo 35, §§ 4º e  
162 5º, do Regimento Interno do CBHSF, e 2º) por não constar na ata da XIX Plenária Extraordinária  
163 destinada a eleição dos membros do CBHSF e das Diretorias Colegiada e Executiva do CBHSF,  
164 nenhuma impugnação ao resultado da eleição do Coordenador da CCR Alto e da homologação de seu  
165 nome pelo Plenário, fato que configura aceitação tácita do resultado por parte do Instituto interessado,  
166 ora reclamante.

#### 167 **Item 9 - Elaboração do calendário de atividades da CTIL na gestão 2016-2020**

168 Nesta ocasião o SR. Wellington de Santana retornou a reunião. Após algumas discussões, foram  
169 sugeridas as seguintes atividades para serem incorporadas ao calendário de reuniões da CTIL:

170 - Aprofundamento da capacitação em Arbitragem e Resolução de Conflitos. A Sra. Denise Couto  
171 informou que encaminharia para a Agência Peixe Vivo o contato do Sr. Marcelo Girardi, especialista  
172 na área, que oferece esse tipo de curso. A Sra. Maria do Socorro sugeriu que o curso deveria ser nos

173 moldes do CNJ. O Sr. Luiz Dourado sugeriu que o curso fosse feito através do Conselho Nacional das  
174 Instituições de Mediação e Arbitragem - CONIMA;

175 - O Sr. Marcelo Ribeiro sugeriu que seja realizado um rodízio entre os membros da CTIL para a  
176 participação nas Plenárias do CBHSF;

177 - Discussão da atualização da legislação interna do CBHSF;

178 - Envio para o CNRH de uma proposta de alteração da Resolução nº 5 deste Conselho;

179 - O Sr. Moisés Menezes sugeriu que os módulos dos cursos sejam distribuídos de forma que sejam  
180 realizados junto com as reuniões da CTIL;

181 O Sr. Roberto Farias informou que o calendário será consolidado considerando as sugestões de todos e  
182 enviado, posteriormente, para os membros do grupo.

183 **Item 10 - Elaboração de minuta de Resolução DIREC para definição dos membros custeados da**  
184 **gestão 2016-2020, conforme determinado no Regimento Interno do CBHSF**

185 Como o assunto se trata de atribuição da DIREX, prevista no **artigo 23 § 4º**, do RI/CBHSF vigente, a  
186 CTIL decidiu por unanimidade que não seria necessária a emissão de Resolução, mas sim uma Portaria  
187 da DIREX.

188 **Item 11 - Elaboração de minuta de Resolução DIREC que estabelece normas para viabilização**  
189 **de Operações da Fiscalização Preventiva Integrada (FPI)**

190 A Sra. Ana Cristina explicou o Programa de Fiscalização Preventiva e Integrada (FPI) e a forma de  
191 apoio do CBHSF, destacando as demandas da última operação que envolveu os estados da Bahia,  
192 Alagoas e Sergipe, denominada de Tríplíce Fronteira. Depois disso, apresentou uma minuta de  
193 Resolução DIREC com as propostas da Agência Peixe Vivo para disciplinar o apoio do CBHSF às  
194 operações. O Sr. Roberto Farias solicitou que a Agência Peixe Vivo encaminhe para os membros da  
195 CTIL uma cópia eletrônica do Termo de Cooperação Técnica entre os órgãos envolvidos na FPI.  
196 Durante a discussão sobre o assunto, a Sra. Fábيا Carvalho sugeriu que houvesse maior publicidade  
197 relacionada ao apoio do CBHSF às ações da FPI. O Sr. Luiz Dourado lembrou a todos que o CBHSF  
198 não é um órgão fiscalizador. O Sr. Moisés Santos disse que a fiscalização deve ser focada nos recursos  
199 do CBHSF que são destinados a esse tipo de apoio. Após esclarecimentos feitos pelo Sr. Anivaldo  
200 Miranda e pela Sra. Ana Cristina, foi realizada a leitura da minuta, a qual, após ajustes, foi aprovada  
201 por unanimidade pelos membros da CTIL.

202 **Item 12 - Elaboração de minuta de Resolução DIREC que dispõe sobre a criação de Assessoria**  
203 **Especial no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF**

204 Inicialmente, o Sr. Anivaldo Miranda contextualizou a necessidade de um assessor para auxiliar a  
205 Diretoria Executiva nas questões administrativas, interagindo junto à Agência Peixe Vivo e  
206 encaminhando questões que são atinentes aos trabalhos da DIREX/CBHSF, atuando mais  
207 especificamente com o Secretário do CBHSF. Após discussões sobre a matéria e a redação de uma  
208 minuta de Resolução, considerando o disposto nos artigos 28, inciso VII e 32, inciso IX do Regimento  
209 Interno do CBHSF, os membros da CTIL/CBHSF decidiram pelo encaminhamento da mesma para a

210 aprovação da DIREC/CBHSF. Apenas a Sra. Sonáli Cavalcanti se absteve, uma vez que considerou  
211 que a criação dessa assessoria deva, necessariamente, passar por uma revisão do Regimento Interno do  
212 CBHSF, já que cria uma nova função além das atualmente existentes de Presidente, Vice-Presidente e  
213 Secretário. Após mais discussões, a minuta foi finalizada com as considerações de todos os membros  
214 da CTIL.

### 215 **Item 13 – Encerramento**

216 A Sra. Sonáli Cavalcanti fez referência a uma matéria publicada no jornal do CBHSF, em dezembro de  
217 2016, intitulada “Vazão à Beira do Surreal”. Ela já havia se posicionado durante a XXXI reunião  
218 Plenária do CBHSF e leu o que havia dito a respeito do assunto naquela oportunidade, a seguir  
219 descrito: a matéria publicada no Jornal do CBHSF de dezembro deste ano, intitulada “Vazão à Beira  
220 do Surreal” chama de degradante a vazão de 700 m<sup>3</sup>/s para o Submédio e Baixo São Francisco,  
221 apontando efeitos negativos desse patamar de vazão. Ponderando sobre a necessidade de se ampliar o  
222 ângulo de visão no trato do assunto, apresento três pontos para reflexão deste Plenário e dos autores e  
223 editores da citada matéria. Primeiro: a regularização de vazões que os reservatórios de armazenamento  
224 de água promovem, pois são projetados e construídos com este fim, viabiliza em um período de seca  
225 como este que vivenciamos desde o ano de 2013, a elevação das vazões que a Natureza tem  
226 proporcionado desde então. Todo o Vale a jusante do Reservatório de Sobradinho nesses últimos  
227 quatro anos de estiagem, em nenhum momento viu vazões inferiores a 800 m<sup>3</sup>/s e, mais recentemente,  
228 desde 21/11/2016, vazões inferiores a 750 m<sup>3</sup>/s, vez que ainda está em andamento a primeira etapa da  
229 operação do teste de redução das vazões dos reservatórios de Sobradinho e Xingó, até o limite de 700  
230 m<sup>3</sup>/s. Neste período a Natureza chegou a proporcionar vazões da ordem de 250 m<sup>3</sup>/s. O Médio São  
231 Francisco viu essa vazão. A Chesf não está reduzindo a vazão do São Francisco. Pelo contrário, a  
232 Chesf está maximizando a vazão para jusante, graças ao efeito regularizador dos seus reservatórios, em  
233 especial o de Sobradinho, que vem a ser o pulmão do Submédio e Baixo São Francisco, pois Xingó  
234 opera a fio d’água. Desta forma, os reservatórios da Chesf vêm desempenhando um papel  
235 importantíssimo de liberar para todo o trecho compreendido entre Sobradinho e a Foz do São  
236 Francisco, vazões superiores àquelas proporcionadas pela Natureza, em uma operação que exemplifica  
237 bem a situação de quando menos é mais. Segundo: O comportamento das chuvas e vazões neste  
238 período de quatro anos impôs a necessidade de adequações para fazer frente à modificação do padrão  
239 de vazões, para que não se deixasse de prestar os serviços de atendimento ao abastecimento humano,  
240 ao consumo de energia e aos demais usos da água. Claro que, agora, com restrições para todos.  
241 Portanto, não mais apenas o Setor Elétrico precisa obedecer à regras e restrições. Todos, para  
242 continuar usufruindo das águas do São Francisco, precisam pautar sua atuação em regras, diretrizes e  
243 restrições. Terceiro: Apesar de todos os esforços, apesar de proporcionar vazões superiores às que a  
244 natureza vem ofertando, a Chesf está respondendo a mais de quatro mil ações na Justiça, por, pasmem,  
245 minorar a condição de escassez de água para o Submédio e Baixo São Francisco. Finalizando,  
246 agradeceu a atenção de todos e expressou que um pouco mais de imparcialidade é salutar neste

247 processo, e ainda, fazendo referência ao tema da XXXI Reunião Plenária do CBHSF “ O Rio São  
248 Francisco Tem Pressa”, citou a seguinte frase: “Se quiser ir rápido, vá sozinho, mas se quiser ir longe,  
249 vamos todos juntos”. Encerrando a leitura, acrescentou que, após seu pronunciamento os Srs. Wagner  
250 Costa da FIEMG e Pedro Lessa da SEMARH/SE se solidarizaram com o posicionamento apresentado  
251 e que, o Vice-Presidente do CBHSF, Sr. Maciel Oliveira, concordando com o que foi exposto, pediu  
252 desculpas à CHESF pela matéria publicada. Logo após, o Sr. Roberto Farias fez algumas  
253 considerações, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 14:30.

254 *Maceió/AL, 24 de janeiro de 2017.*

255 **Luiz Roberto Porto Farias**  
256 Coordenador da CTIL